



PROCESSO : 187.156-0/2024
PRINCIPAL : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO : PEDIDO DE REVISÃO DE TESE PREJULGADA
RELATOR : CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de Pedido de Revisão de Prejulgado, formulado pela Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX), suscitando a revogação da tese constante na Resolução de Consulta 35/2010, que trata da não incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias (Doc. 487105/2024):

Resolução de Consulta 35/2010. Previdência. Contribuição. Terço constitucional de férias. Não incidência. Devolução de contribuição retida indevidamente. 1) Não há incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias, uma vez que tal vantagem não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. **2)** O servidor tem direito à devolução dos valores retidos ilegalmente, devidamente corrigidos, que poderá ser concedida mediante pedido de restituição, desde que comprovada a retenção indevida e observado o prazo decadencial de 5 (cinco) anos para pleitear a restituição, contados do momento do pagamento indevido da contribuição.

2. A Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex, por meio de estudo técnico, sugeriu a revogação da Resolução de Consulta 35/2010 por entender que está em desacordo com o Tema 985 do Supremo Tribunal Federal – STF (Recurso Extraordinário 1072485), por meio do qual foi firmada a tese de que é legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias.

3. Por seu turno, a Secretaria de Normas, Jurisprudência e Consensualismo – SNJur, mediante a Manifestação Técnica 60/2024/SNJur (Doc. 512412/2024), reconheceu o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do pedido e, **no mérito**, rejeitou a revogação da RC 35/2010, por verificar que a tese firmada pelo STF diz respeito a incidência de contribuição social a cargo do empregador (patronal) sobre o terço constitucional de férias no âmbito do Regime Geral de





Previdência Social – RGPS, não contemplando ou abrangendo a contribuição previdenciária do servidor público ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

4. Inobstante isso, entendeu por bem a atualização parcial do item 2 da RC 35/2010, que dispõe sobre o direito do servidor público à devolução de valores previdenciários retidos ilegalmente pela incidência de contribuição sobre o terço de férias, para que, em alinhamento ao cenário jurisprudencial, seja ressaltado que a devolução corrigida a que tem direito o servidor deve respeitar os termos do Código Tributário Nacional, observando o prazo decadencial de 5 (cinco) anos para pleitear a restituição.

5. Além disso, sugeriu a inclusão no verbete de texto dispondo sobre a necessidade de na avaliação de possível restituição das contribuições patronais, o instituto previdenciário efetuar reavaliação atuarial e equacionamento do déficit, pois a cessação dos repasses de contribuições e das respectivas cotas patronais consideradas em cálculos anteriores, aliada às perdas decorrentes da devolução de parcelas aos servidores, pode ocasionar sérios impactos atuariais.

6. Assim, com os ajustes no item 2 e a inclusão do item 3, propôs a atualização da Resolução de Consulta 35/2010, nos seguintes termos:

Resolução de Consulta 35/2010. Previdência. Contribuição. Terço constitucional de férias. Não incidência. Devolução de contribuição retida indevidamente. 1) Não há incidência, no âmbito do RPPS, de contribuições previdenciárias (servidor e patronal) sobre o terço constitucional de férias, uma vez que tal verba não se incorpora à remuneração do servidor público para fins de aposentadoria. 2) O servidor tem direito à devolução corrigida dos valores retidos **a título de contribuição previdenciária sobre o terço de férias, a ser** concedida mediante pedido de restituição, desde que comprovada a retenção indevida, observando-se o prazo decadencial de 5 (cinco) anos para pleitear a restituição, contados do momento do pagamento indevido da contribuição, **nos termos do Código Tributário Nacional (artigos 165 a 168).** 3) **Na avaliação de possível devolução, pelo RPPS ao ente federativo, de valores de contribuição patronal sobre o terço de férias pagos indevidamente, deve-se observar a prescrição quinquenal e realizar prévia reavaliação atuarial e equacionamento de oportuno déficit, atendo-se à legislação previdenciária pertinente em vigor, com intuito de não se causar impactos atuariais prejudiciais.**





7. Ato contínuo, o processo foi submetido à apreciação da Comissão Permanente de Normas, Jurisprudência e Consensualismo – CPNJur, a qual, através do Pronunciamento Conclusivo 24/2024 (Doc. 525795/2024), por unanimidade deliberou pela atualização parcial da tese constante da Resolução de Consulta 35/2010, nos termos sugeridos pela SNJur.
8. O Ministério Público de Contas converteu o parecer em Pedido de Diligência 312/2024 (Doc. 531860/2024), para análise da SNJur em razão da decisão proferida pelo STF nos autos do Recurso Extraordinário 1.072.485, cuja repercussão poderia impactar na interpretação da mencionada Resolução, principalmente nos itens 2 e 3, que tratam da devolução de valores indevidamente retidos a título de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
9. Após análise a SNJur, por meio da Manifestação Técnica 81/2024 (Doc. 543954/2024) concluiu que a tese do RE 1.072.485 não invalida o conteúdo da Resolução de Consulta 35/2010, pois trata especificamente da não incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço de férias no âmbito da administração pública e na ótica do servidor público, com fundamento na não incorporação de tal verba na sua remuneração para fins de aposentadoria.
10. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 5.293/2024 (Doc. 549630/2024), subscrito pelo Procurador-Geral de Contas Alisson Carvalho de Alencar, opinou pelo conhecimento do pedido de revisão de tese prejudgada e, no mérito, pela aprovação da ementa elaborada pela SNJur e aprovada pela CPNJur.
11. A proposta em questão foi submetida à Presidência deste Tribunal, que decidiu pela admissão do pedido de revisão de tese prejudgada, encaminhando os autos para sorteio conforme o artigo 226-A, § 2º do Regimento Interno (Doc. 552417/2024), sendo atribuídos a esta relatoria (Doc. 554054/2024).

É o relatório.

Tribunal de Contas, 12 de fevereiro de 2025.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DO CONSELHEIRO

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone(s): (65) 3613-7531/37534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

(assinatura digital)¹
Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**
Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

